



**Pró-Reitoria de Graduação
Curso de Comunicação Social
Trabalho de Conclusão de Curso**

**CAMPANHA PUBLICITÁRIA
CONTRA A CORRUPÇÃO NO BRASIL**

**Autor: Arnaldo Filho
Orientador: Jefferson Dalmoro**

**Brasília - DF
2013**

ARNALDO OLIVEIRA DOS SANTOS SAMPAIO FILHO

BRASIL SEM CORRUPÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Publicidade e Propaganda.

Orientador: Prof.Ms Jefferson Dalmoro

**Brasília-DF
2013**

Monografia de autoria de Arnaldo Oliveira dos Santos Sampaio Filho, intitulada "BRASIL SEM CORRUPÇÃO: RESPONSABILIDADE DE TODOS", apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social da Universidade Católica de Brasília, em (data em aberto), defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof. Ms Jefferson Dalmoro
Orientador
Comunicação Social-UCB

Prof. Ms Ronaldo Carvalho
Comunicação Social-UCB

Profa. Ms Igor Gomes
Comunicação Social-UCB

Brasília
2013

Dedico esta campanha a todos os brasileiros que têm sede de justiça, que acreditam em um Brasil melhor, em um governo justo, que defenda e ampare a população de baixo poder aquisitivo. Dedico a todos que acreditaram, e têm acreditado nesse projeto e na sua dimensão. Poderia citar o nome de muitos que sempre acreditaram e vestiram a camisa, crendo em um Brasil melhor. Amigos, professores e profissionais que me ensinaram no decorrer da minha vida acadêmica e profissional dentro da comunicação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Arnaldo Sampaio e Eloneida Rodrigues, que sonhadores, deixaram a sua terra natal em busca de oportunidades e de uma vida melhor para os seus filhos. Quero expressar a minha gratidão a Deus, que até aqui tem me ajudado e nunca me desamparou. Ele é o responsável pelos sonhos que pulsam em meu coração.

“O que permite tornar legível o real é mostrar simplesmente que ele foi possível.”

(Michel Foucault)

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem-caráter, nem dos sem-ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

(Martin Luther King)

RESUMO

A corrupção é um mal que atinge a sociedade como um todo, seja no âmbito político ou nas relações diárias. Segundo o dicionário de política de Norberto Bobbio, corrupção significa transação ou troca entre quem corrompe e quem se deixa corromper. Trata-se normalmente de uma promessa de recompensa em troca de um comportamento que favoreça os interesses do corruptor; raramente se ameaça com punição a quem lese os interesses dos corruptores. Esta reciprocidade negativa é melhor definida com coerção, posta em prática quando as duas partes são bastantes poderosas para tornar a coerção muito custosa, ou são incapazes de a usar. Ele explica que a corrupção é uma forma particular de exercer influência ilícita, ilegal e ilegítima. Amolda-se ao funcionamento de um sistema, em particular ao modo como se tomam as decisões. A primeira consideração diz respeito ao âmbito da institucionalização, tanto maiores serão as possibilidades do comportamento corrupto. Por isso, a ampliação do setor público em relação ao privado provoca o aumento das possibilidades de corrupção. Mas não é só a amplitude do setor público que influi nessas possibilidades; também, o ritmo com que ele se expande. Em ambientes estavelmente institucionalizados, os comportamentos corruptos tendem a ser, ao mesmo tempo, menos frequentes e mais visíveis que em ambientes de institucionalização parcial ou flutuante. A corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público e ao ritmo das mudanças sociais; está também relacionada com a cultura das elites e das massas. Depende da percepção que tende a variar no tempo e no espaço. O certo é que a corrupção está muito além do poder público. As suas fronteiras são muito mais largas do que podemos imaginar, principalmente no âmbito das relações diárias. Sabemos que política e sociedade caminham juntos. Sendo que a política significa tudo o que está relacionada à cidade, e conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social. Na campanha apresentada nesse trabalho, você verá uma comunicação informativa, onde chamaremos a atenção do público-alvo onde a primeira mudança precisa começar em nós mesmos, na tentativa de persuasão para a necessidade de uma mobilização social para combater este mal na sociedade como um todo. A corrupção é um problema de todos. A negligência política é a conseqüência da passividade do povo, da falta de conscientização política e da busca pelo conhecimento. Diante desses fatos, faz-se necessária uma mobilização social, uma campanha para combate à corrupção, seja ela de cunho político, ético, moral ou social.

Palavras-chave: Corrupção. Política. Sociedade.

ABSTRACT

Corruption is an evil that affects society as a whole , whether in the political or in everyday relationships . According to the dictionary policy Norberto Bobbio , corruption means transaction or exchange between who corrupts and those who allow themselves corrupt . It is usually a promise of reward for behavior that favors the interests of the briber ; rarely threatened with punishment for prejudices the interests of mischief . This negative reciprocity is best defined as coercion , put in place when the two parts are powerful enough to make very costly coercion , or are unable to use it. He explains that corruption is a particular form of influence Unlawful , illegal and illegitimate . Conforms to the functioning of a system , in particular the way decisions are made . The first consideration concerns the scope of institutionalization , the greater will be the chances of corrupt behavior . Therefore , the expansion of the public sector compared to the private causes increased possibilities of corruption . But not only the amplitude of the public sector that influences these possibilities, too, the rate at which it expands . In stably institutionalized environments , behaviors tend to be corrupt , while less frequent and more visible than in environments institutionalization partial or floating. Corruption is not only linked to the degree of institutionalization , the amplitude of the public sector and the pace of social change , is also related to the culture of the elites and the masses . Depends on the perception that tends to vary in time and space. The truth is that corruption is far beyond the government. Its borders are much wider than we can imagine , especially in the context of everyday relationships . We know that politics and society go together . Since the policy means everything that is related to the city , and therefore , what is urban, civil , public, and even sociable and social. Na campaign presented in this study , you will see an informative communication , which we call the public's attention target where the first change must begin within ourselves , in an attempt to persuade the need for social mobilization to combat this evil in society as a whole. Corruption is a problem at all . Negligence is the result of political passivity of the people , the lack of political awareness and quest for knowledge . Given these facts , it is necessary social mobilization , a campaign to fight against corruption , whether of a political , ethical , moral or social development .

Keywords : Corruption . Policy .Society .

SUMÁRIO

1. BRIEFING DA CAMPANHA	10
1.1. CASOS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL.....	10
1.2. CASOS ISOLADOS.....	18
1.3. O BRASIL TOMA AS RUAS.....	19
1.4. NÃO PODEMOS PARAR.....	20
1.5. MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE).....	20
2. PROBLEMAS E OPORTUNIDADES	22
3. PRAÇAS.....	23
4. PÚBLICO-ALVO	23
5. DEFINIÇÃO DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA CAMPANHA.....	23
6. OBJETIVOS DE MARKETING	25
7. OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO	25
8. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DA CAMPANHA.....	26
9. CONCEITO DA CAMPANHA	26
10. CONCEITO CRIATIVO DAS PEÇAS DA CAMPANHA.....	27
11. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DAS PEÇAS ESCOLHIDAS.....	27
12. PLANO DE MÍDIA.....	27
13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
14. APÊNDICE: PLANO DE MÍDIA.....	29
15. APÊNDICE: CRONOGRAMA DE AÇÕES TÁTICAS.....	30
16. APÊNDICE: PEÇAS DA CAMPANHA.....	31

1. BRIEFING DA CAMPANHA

É fato que o Brasil sofre há muitos anos com o rombo que a corrupção deixa nos cofres públicos, a cada escândalo que acontece e atribui soma a centenas e centenas que já ocorreram. O histórico de corrupção no Brasil é muito grande. Os maiores escândalos de corrupção no Brasil se arrastam até hoje na justiça, sem que os principais acusados tenham sido julgados em última instância pela sangria dos cofres públicos.

Conheça abaixo, o levantamento feito pela Folha de São Paulo, que mostra dez dos maiores escândalos de corrupção no Brasil que se arrastam até hoje nos tribunais sem um veredicto final.¹

1.1. CASOS DE CORRUPÇÃO NO BRASIL

1992-2001

COLOOR/PC FARIAS (1992)

Esquema montado pelo empresário Paulo César Farias, ex tesoureiro da campanha de Collor à Presidência, para desviar dinheiro e arrecadar propinas. Foi denunciado pelo irmão caçula de Collor e levou ao impeachment do presidente em 1992

Réus: 27

Condenados: 9 (4 sem chance de recurso)

PIVÔS:

Fernando Collor de Melo - absolvido da acusação de corrupção passiva por falta de provas no STF foi prescrito sem que ele cumprisse pena
Paulo César Farias - Foi condenado em dois casos, cumpriu pena em regime semiaberto até receber liberdade condicional. Foi assassinado ao lado da

¹ Levantamento da Folha de São Paulo em setembro de 2011, usando como critério os casos de corrupção mais rumorosos do Brasil.

namorada em 1996 e Jorge Bandeira de Melo - sócio de PC, tem três condenações. Uma delas prescreveu.

Collor perdeu o cargo, mas foi inocentado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) por falta de provas e hoje é senador pelo PTB de Alagoas.

ANÕES DO ORÇAMENTO (1993)

Um assessor da Comissão de Orçamento do Congresso revelou a existência de um esquema em que parlamentares desviaram dinheiro do Orçamento da União para laranjas e parentes por meio de emendas parlamentares. Seis deputados foram cassados e perderam o mandato.

Réus: 31(13 tiveram supostos crimes prescritos)

Condenados: 9 (3 sem chance de recurso*)

PIVÔS:

João Alves - deputado apontado como chefe do esquema, renunciou para evitar a cassação e morreu em 2004, **José Carlos Alves dos Santos*** - diretor da Comissão de Orçamento que denunciou o esquema, foi condenado a 4 anos e 1 mês de prisão e **Raquel Cândido*** - deputada federal de Rondônia, foi cassada e depois condenada a 5 anos de prisão.

O labirinto de recursos também impede o fim do caso dos Anões do Orçamento, de 1993. Suspeito de desviar emendas parlamentares, o ex-deputado federal Ézio Ferreira (PFL-AM, atual DEM) responde até hoje por lavagem de dinheiro.

MALUF/PITTA (1993-1999)

Dinheiro obtido com lançamento de títulos da Prefeitura de São Paulo para pagamento de precatórios (dividas judiciais) foi usado em obras superfaturadas nos governos de Paulo Maluf e Celso Pitta. Há indícios de

desvio de recursos para contas no exterior por meio de doleiros, empresas fantasmas e laranjas, o que Maluf nega.

Réus: 17 (2 absolvidos)

Condenados: 3 (com possibilidade de recurso)

PIVÔS:

Paulo Maluf - deputado e ex-prefeito de São Paulo, por ter foro privilegiado responde a processo no STF; chegou a ser preso em 2005 e Celso Pitta - ex secretário de finanças e ex-prefeito, foi condenado, chegou a ser preso, depois recorreu em liberdade, morreu em 2009.

O deputado Paulo Maluf (PP-SP), que assumiu a Prefeitura de São Paulo no mesmo ano, é procurado pela Interpol e não pode viajar ao exterior para não ser preso, mas nunca foi condenado definitivamente no Brasil por fraudes em sua gestão.

TRT (1998-2000)

Desvio de cerca de R\$ 923 milhões (valores atuais na época da pesquisa).durante a construção superfaturada da sede do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) de SP, cuja licitação foi feita em 1992. O empresário Luíz Estevão, dono de uma construtora que recebeu parte do dinheiro desviado, elegeu-se senador e foi cassado pelo em 2000.

Réus: 4

Condenados: 4(todos recorrem à justiça)

Pivôs:

Nicolau dos Santos Neto - Juiz aposentado, foi condenado em primeira instância e cumpre prisão domiciliar e **Luiz Estevão de Oliveira** - senador

cassado em 2000, foi condenado a devolver R\$ 55 milhões de sua empresa ao Tesouro, recorre em liberdade.

SUDAM (2001)

Fraude envolvendo políticos, empresários e servidores que desviou dinheiro dos cofres da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que geria a política de incentivos fiscais da Amazônia.

Réus: 143 (2 absolvidos; 4 com acusações prescritas)

Condenados: 1 (recorre ao TRF*)

Pivôs:

Jader Barbalho - ex-presidente do Senado e acusado "dono" da Sudam, renunciou à presidência do Senado e ao mandato e **Maria Auxiliadora Barra Martins***contadora e lobista, já havia sido diretora financeira da Sudam, foi condenada há três anos e quatro meses, em regime aberto. Pena foi convertida em multa e **José Artur Tourinho** - ex-superintendente da Sudam, por indicação de Jader Barbalho.

Acusados de desvios no TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e na Sudam, Luiz Estevão e Jader Barbalho deixaram o Senado e chegaram a ser presos. Hoje Jader é novamente Senador.

2003-2010

OPERAÇÃO ANACONDA (2003)

Investigação da PF descobriu, por meio de escutas telefônicas, indícios de extorsão e venda de sentenças judiciais envolvendo juízes e policiais federais.

Réus: 13

Condenados: 10 (com possibilidade de recurso; 4 absolvidos*)

Pivôs:

João Carlos da Rocha Mattos – Exjuiz federal acusado de ser o mentor do esquema, perdeu o cargo e bens, foi condenado e cumpre prisão domiciliar, Casem Mazloum - juiz federal, foi afastado e depois de retornar ao cargo se aposentou, Ali Mazloum - juiz federal, foi excluído da ação pelo STF, em 2004, ambos foram condenados em primeira instância).

**Inclui 1 réu condenado no TRF e livrado no STF.*

A Operação Anaconda, que desmontou esquema de venda de decisões judiciais, só produziu um preso ilustre: o ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, que cumpre a pena em casa.

Dois juízes e um procurador da República se livraram sem julgamento ou converteram a pena em multa.

MENSALÃO (2005)

Esquema montado com a ajuda de bancos e empresários para financiar o PT e partidos aliados ao governo no primeiro mandato do ex-presidente Lula. Denunciado pelo ex-deputado Roberto Jefferson em entrevista à Folha, o caso foi julgado em 2012.

Réus: 37

Condenados: 25

O desfecho do julgamento terminou com o voto do Ministro Celso de Melo, que definiu a aprovação dos embargos infringentes, recurso que leva a um novo julgamento nas condenações em que o réu obteve ao menos quatro votos favoráveis. Onde 12 réus do mensalão terão “novo julgamento” (Alguns juristas dizem não ser um novo julgamento, mas uma revisão de penas), ainda

sem previsão de data exata para ocorrer. Abaixo, o comentário de juristas e constitucionalistas a respeito da decisão.

Sou favorável à possibilidade dos embargos, porque eles estão previstos no regimento que não foi revogado. Um projeto de lei do Executivo propunha a revogação dos embargos infringentes, mas foi rejeitado, então, eles continuam valendo. (...) A Constituição dá ao Supremo a competência originária para processar e julgar infrações penais de certos políticos. Então, deve dar formas dos réus recorrerem. Hoje o ministro Celso de Mello deu um voto muito bem fundamentado pela possibilidade dos recursos após examinar o mérito da questão. Não vai haver descrédito do STF porque os condenados vão continuar condenados e vão para a cadeia dependendo da decisão aplicada a cada um. Eles [dois novos ministros da Corte] votaram a favor dos embargos. Não significa que vão absolver os réus. Pode acontecer o seguinte, a prisão [dos 12] só vai ocorrer depois que os embargos foram analisados e ser publicado um acórdão, ao invés de ser imediata. (José Afonso da Silva - Jurista).

Ele (o ministro Celso) tentou com seu voto admitir os parâmetros internacionais de que há exigência de duplo grau de jurisdição. Com todo o respeito ao ministro, eu não compartilho desse pensamento, pois as garantias de ampla defesa foram dadas e foi evitada a prescrição. Os embargos infringentes não são a forma adequada de compensar a inexistência do duplo grau de jurisdição (...) É uma inovação do Supremo porque é uma decisão de não decidir ou de adiar a decisão, que geram dúvidas para a população. Os embargos não são admitidos no Superior Tribunal de Justiça, cria-se um sistema anacrônico. (Flávia Piovesan - Doutora em Direito Constitucional e Direitos Humanos, professora da PUC, integra o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana).

Foi a situação mais acertada do ponto de vista constitucional. Os embargos infringentes estavam previstos e todos têm direito a uma reapreciação da causa, independente da instância em que houve o julgamento. Em algum momento (do julgamento do processo), o ministro Joaquim Barbosa disse que eles já sido julgados pela mais alta corte do país e isso seria suficiente. A Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica preveem a possibilidade de uma segunda posição para todos, para que se possa ter uma nova apreciação do caso, reafirmando a decisão dos ministros, se esta foi a mais correta (André Ramos Tavares - Professor de Direito Constitucional na Universidade de São Petersburgo (Rússia) foi pró-reitor da PUC-SP e diretor da Escola Judiciária Eleitoral Nacional).

Eu avalio a decisão (do STF) no viés já esperado, a constitucionalidade faz parte dos precedentes do ministro Celso de Melo. O voto dele teve um acréscimo que levou em consideração a vontade do legislador. Nesta questão estava todo o debate histórico sobre o tema. Ele usou esta interpretação, de que o embargo já havia sido debatido no Congresso e os legisladores decidiram manter o recurso, como garantia de ampla defesa e duplo grau de jurisdição. O inverso, se ele tivesse tomado uma decisão diferente, é que causaria surpresa, mas ele mostrou que não cedeu a uma pressão. (ERICK WILSON PEREIRA - Advogado, professor, mestre e doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP).

Nós somos obrigados a aceitar, mas não a concordar com a decisão do Supremo. Eu acho que, juridicamente, não caberiam os embargos. A Constituição diz que é competência privativa do STF elaborar seu regimento, mas deve obedecer as normas processuais. A mesma Constituição diz que estabelecer as normas processuais é competência da União, não do Supremo. Depois, o Código de Processo Penal diz que os embargos são cabíveis em segunda instância, para os tribunais estaduais. Nunca, para os tribunais superiores e o STF. Isto está claro, mas o ministro Celso de Melo não falou disso. (...) Como temos dois novos ministros no Supremo, um novo julgamento pode alterar o resultado. (DIRCÊO TORRECILLAS RAMOS - Professor livre-

docente pela USP, membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas e presidente da Comissão de Ensino Jurídico da OAB-SP)

Decisão do Supremo não se julga, sempre cumpre e aceita. É uma questão polêmica e o ministro Celso optou por acolher os embargos. Ele argumentou no sentido da preservação dos direitos fundamentais, do devido processo legal e o duplo foro de julgamento. Eu particularmente torcia e gostaria que a decisão tivesse sido em outro sentido. Não se trata de questão de direitos fundamentais, mas de relação entre Poderes, pois o foro privilegiado já é uma concessão a algumas pessoas privilegiadas. Até porque vai trazer ao Judiciário uma dificuldade ainda maior, que é a não razoabilidade do processo. (TÂNIA RANGEL - Mestre em direito privado e em direito empresarial e professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV)).

É um voto muito bem fundamentado em que ele busca a origem, a razão de ser desse recurso, embargos infringentes, e ainda contesta a hipótese de eventual revogação tácita, negando a revogação tácita desse recurso por força da Lei 8.038, reafirmando a força do regimento interno do STF, a força de lei que tem essa norma e, por fim, chamando a atenção para o chamado duplo grau de jurisdição, ou seja, uma decisão ser submetida a um reexame, a princípio, por uma instância superior. Como é a última instância superior o Supremo ela será reexaminada pelo próprio plenário do Supremo, nesta hipótese do regimento interno, onde houve quatro votos favoráveis. O direito não é matemática. (BRENO MELARAGNO - professor de Direito Penal da PUC/RJ).

Inclusive no ano passado, durante o julgamento, ele [Celso de Mello] já tinha inclusive explicado que não precisaria desmembrar, porque havia uma questão: ah, eu não tenho foro por prerrogativa de função, não quero ser julgado no Supremo. E nessa ocasião ele falou: não, iremos julgar todos juntos e você terá direito a um recurso, os embargos de declaração e embargos infringentes. Então o voto dele já era conhecido, enfim, não estava decidindo naquele momento a admissibilidade dos embargos, mas já havia dado sinais de que ele entendia cabíveis os embargos infringentes. (THIAGO BOTTINO - professor de Direito Penal da FGV).²

Pivôs:

José Dierceu - ex-chefe da Casa Civil, Delúbio Soares - ex-tesoureiro do PT, Roberto Jefferson - ex-deputado pelo PTB-RJ, Valdemar Costa Neto - deputado pelo PR-SP e Marcos Valério Fernandes de Souza - empresário acusado de operar o esquema.

MÁFIA DAS SANGUESSUGAS (2006)

Fraude em emendas ao Orçamento que envolveu mais de cem congressistas e assessores, acusados de receber propina de empresa que vendia ambulâncias superfaturadas para prefeituras.

² Notícia publicada pelo G1. Juristas comentam a decisão do STF que reabre o processo do mensalão. Brasília, setembro de 2013.
(Fonte:<http://g1.globo.com/politica/mensalao/noticia/2013/09/juristas-comentam-decisao-do-stf-que-reabre-o-processo-do-mensalao.html>).

Réus: 533 (10 absolvidos)

Condenados: 22 (2 sem chance de recurso)

Pivôs:

Darci e Luiz Antônio Vedoin - pai e filho, empresários acusados de pagar propina a deputados e Maria da Penha Lino, ex-funcionária da Saúde, acusada de favorecer os empresários no governo.

OPERAÇÃO NAVALHA

A investigação da PF apontou esquema de favorecimento ilegal da construtora Gautama em licitações de obras do PAC e de programas federais, envolvendo políticos e servidores.

Réus: 33* (processos em andamento)

Condenados: 0 (também não houve absolvidos)

Pivôs:

Zuleido Veras - dono da Gautama, Silas Rondeau - ex-ministro de Minas e Energia; denúncia contra ele foi arquivada, Ivo de Almeida Costa - ex-assessor de Rondeau no Ministério de Minas e Energia, José Reinaldo Tavares - ex-governador do Maranhão e Jackson Lago - ex-governador do Maranhão.

**61 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Federal, em 2008.*

MENSALÃO DO DEM (2010)

Denunciado por um assessor do governo do Distrito federal, o esquema de pagamentos de propinas de empresários a integrantes do governo, ficou célebre pelos vídeos que mostraram o ex-governador José Roberto Arruda e outros envolvidos recebendo pacotes de dinheiro em seus gabinetes.

Réus: 2* (processo em andamento)

Condenados: (processo em andamento)

Pivôs:

José Roberto Arruda - ex-governador do DF perdeu o cargo e chegou a ser preso, Paulo Octávio ex-vice-governador do DF, Durval Barbosa - ex-secretário do DF, delator do suposto esquema de Leonardo Prudente - ex-presidente da Câmara do DF, filmado ao guardar dinheiro na meia.

1.2. CASOS ISOLADOS

Muitos são os casos que nem se quer foram denunciados e passaram batidos na história do Brasil e estão registrados em livros, mas sem nenhum teor legal para acusação ou abertura de processo. É o caso do livro *Honoráveis Bandidos* do jornalista Palmério Dória, onde o mesmo relata atos corruptos da família Sarney e o seu enriquecimento ilícito. Sarney, no entanto, nunca respondeu legalmente perante a justiça. Outro caso oportuno e esquecido pela mídia e pela sociedade é o de Michel Temer, que teria usado a sua posição de presidente da câmara para livrar um colega que “farreou”. Veja um trecho do livro abaixo:

Pois não é que Michel Temer logo usaria o agora famoso ato secreto para absolver um colega que “farreou”? O presidente da câmara perdoaria o deputado potiguar Fábio Faria (PNM-RN), e por extensão a outros parlamentares que usam o nosso dinheiro para a tal “farra das passagens”. Em Dezembro de 2007, Fábio Faria levou, para animar seu camarote de “carnaval fora de época” em Natal, artistas e a apresentadora de televisão Adriane Galisteu, a quem atribuiu o status de “namorada”. Michel arquivaria o caso em 3 de junho de 2009. Respaldou a decisão em pareceres técnicos, pelos quais o erário pagou R\$ 150 mil. A “análise ética”, que custou R\$ 70 mil, foi do professor da Universidade de São Paulo Clóvis de Barros Filho, que ao jornal *O Estado de S. Paulo* declarou, em 24 de junho: “Meu parecer é um pouco broxante, enigmático, porque não oferece uma condenação apressada nem uma absolvição ingênua. Não tenho elementos para condenar ou absolver.”³ (PALMÁRIO DÓRIA).

Um dos personagens citados acima é atualmente o nosso vice-presidente da república.

³Palmério Dória. Livro: *Honoráveis Bandidos*. Um retrato do Brasil na era Sarney. Pág. 19.

1.3. O BRASIL TOMA AS RUAS

Durante o tempo que pensei esta campanha, ficava imaginando o porquê do silêncio de muitos brasileiros em relação à corrupção. Quando me vi diante de uma grande surpresa, uma evolução de manifestações, onde me engajei e também fui para as ruas expor a minha indignação e sede por justiça.

O mês de junho de 2013 no Brasil, foi marcado por algo nunca visto antes. No dia 06 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, aproximadamente 150 integrantes do Movimento Passe Livre protestaram, em frente à Prefeitura, contra o aumento de R\$ 0,20 das tarifas dos transportes públicos. Parecia ser apenas um dia de agitação na cidade para quem passava na rua. De repente, após 15 dias de manifestações, em 20 de junho de, cerca de 1,5 milhão de pessoas pararam 120 cidades brasileiras. O Brasil estava acordando. Fiquei perplexo ao ver tudo isso acontecendo, ao mesmo tempo que pensava uma campanha que buscava trazer informação para um público que muitas vezes é desfavorecido da mesma.

O livro *Protesta Brasil*, de Edson Fernandes e Ricardo de Freitas Roseno traz a narrativa de todos os acontecimentos ocorridos durante esse mês que se acreditava na real mudança do nosso país.

As manifestações ocorridas no Brasil no mês de junho de 2013 não eram vistas há mais de vinte anos, desde as manifestações populares pelo impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, em 1992 e o movimento Diretas Já, realizado em 1984. Elas começaram nas redes sociais e tomaram as ruas. Jovens combinavam os protestos através de eventos criados principalmente dentro da rede social facebook, onde muitos confirmavam presença e o protesto acontecia nas datas e horários marcados. Os ativistas digitais eram, no geral, jovens universitários, alguns ligados a partidos de esquerda, outros não eram ligados a nenhum partido, e nenhum ativista se considerava líder do movimento. Pela primeira vez na história do Brasil, um movimento social foi capaz de percorrer o território nacional em apenas 15

dias, mantendo-se nas capitais no interior e nas periferias, sem que houvesse líderes, somente representantes que se alternavam.

O movimento teve apoio também de brasileiros que vivem no exterior, que realizaram manifestações de solidariedade nas ruas e em frente às embaixadas brasileiras em New York, Londres, Toronto, Buenos Aires, Lisboa, Tóquio, Paris, Berlim, Dublin, Barcelona e em mais de 30 cidades ao redor do mundo. De repente, do bate-papo entre amigos, namoro virtual e da trivialidade do dia a dia, milhares de pessoas falavam da revolta de se viver em uma nação com serviços públicos precários, pouco investimento na infra-estrutura básica, corrupção na política, aumento das tarifas dos transportes públicos e gastos excessivos da máquina do governo.

1.4. NÃO PODEMOS PARAR

Infelizmente, as manifestações nas ruas não duraram e não foram intensas o suficiente para a real mudança com que tanto sonhávamos e esperávamos. Muitos deixaram as ruas, após uma campanha fervorosa nas redes sociais com o uso de hashtag como #OGiganteAcordou e #VemPraRua, foram termos que embalaram os protestos, o gigante novamente adormeceu, talvez a um sono mais leve, não tão profundo.

Muitos gritaram, xingaram, se indignaram. Mas será que a real mudança não ocorrerá realmente quando cada uma de nós for responsável pelo Brasil, quando votarmos de maneira consciente, quando rejeitarmos ações corruptas nas relações diárias, quando decidirmos única e exclusivamente fazer o bem favor da coletividade. Esse talvez, seria o ponto chave para que comecemos a escrever uma nova história para a política brasileira.

1.5. MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL (MCCE)

As eleições de 2014 podem ser diferentes. Esse é o ideal de movimentos e entidades que se levantaram no Brasil do decorrer dos anos. O MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral é um deles. Integrado

por 51 entidades nacionais de diversos segmentos, formando uma rede com movimentos, organizações sociais, organizações religiosas e entidades da sociedade civil, foi responsável pela mobilização da sociedade brasileira em favor da aprovação das duas únicas leis de iniciativa popular anticorrupção no Brasil: a Lei nº 9.840/99 “Lei da Compra de Votos”, que permite a cassação de registros e diplomas eleitorais pela prática da compra de votos ou do uso eleitoral da máquina administrativa. Foi responsável também pela campanha da qual decorreu a aprovação da Lei Complementar nº 135/2010, popularmente conhecida como “Lei da Ficha Limpa”.

O MCCE foi instituído durante o período eleitoral de 2002. Mas pode-se dizer que a Campanha da Fraternidade de 1996, que teve por tema "Fraternidade e Política", contribuíram para aflorar a criação do MCCE, porque posterior à campanha, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP) órgão vinculado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), lançou o Projeto "Combatendo a corrupção eleitoral", em fevereiro de 1997.

O Movimento atua nos seguintes eixos: Fiscalização, com o objetivo de assegurar o cumprimento da Lei 9840/1999 e da LC 135/2010 (Ficha Limpa), por meio do recebimento de denúncias, acompanhamento de processos e encaminhamentos de representações aos órgãos competentes. Educação, visando contribuir com a consolidação de uma consciência dos eleitores de que “voto não tem preço, tem conseqüências”. Para isso, são realizadas ações nos municípios como encontros, palestras e seminários, em parceria com os Comitês 9840 (Comitês MCCE). Material impresso, como: cartilhas, folders e cartazes são distribuídos durante os eventos. E Monitoramento, com este eixo, o MCCE realiza tanto o acompanhamento das ações do parlamento brasileiro em relação à Lei 9840 e à LC 135/2010, como o controle social do orçamento público e da máquina administrativa. Objetiva evitar desvio de recursos com finalidades eleitorais e acompanhar as ações de seus candidatos.

2. PROBLEMAS E OPORTUNIDADES

Problemas:

Estamos diante de uma sociedade extremamente alienada quanto a assuntos de políticas públicas no Brasil. Infelizmente, os lares brasileiros estão ligados e conectados nas coisas mais bizarras da TV. Os jovens não querem saber sobre o assunto política, não participam das escolhas que determinam o seu próprio futuro e muitas vezes nem sabem pra que serve os cargos públicos e o que deve ser feito. A máscara de enganação por parte do governo é ilusória. Nas escolas não se ensina, nem se forma cidadãos questionadores. Sendo assim, caminhamos para um futuro social ainda mais preocupante. Uma geração que não se expressa e aos poucos está perdendo esse direito. O manifesto popular transforma realidades, mas uma multidão conformada e com uma mente apodrecida, morta, destrói uma nação.

A dificuldade em transmitir uma campanha e informar com uma linguagem simples e chocante. Falar a um público C e D sobre o assunto referente a essa campanha gera um problema e necessita-se de um estudo para se alcançar o êxito na comunicação.

Oportunidades:

É uma campanha nova, para um público específico, podemos chamar até de uma campanha pioneira nesse sentido, onde se deseja alcançar um público de baixo poder aquisitivo. É uma oportunidade de informar essas pessoas, fazendo com que elas tenham por princípio, aplicar os seus deveres e reivindicar os seus direitos.

Despertar um público jovem, que cresça e construa referências saudáveis para a sua vida, entendendo que a corrupção não está ligada somente ao poder público, mas que essa palavra pode ou não fazer parte do seu dia-a-dia. É uma oportunidade de ensinar jovens e adultos a dizerem não para as corrupções das relações diárias, onde está refletido o caráter governamental.

3. PRAÇAS

A campanha será intensificada nas proximidades dos bairros onde reside a maior parte da população de baixo poder aquisitivo, devido ao fato de essas (em sua grande maioria) não terem acesso a meios de comunicação pagos, com enfoques dirigidos (TV a cabo, internet, jornais impressos e revistas).

4. PÚBLICO-ALVO

Jovens das classes C e D, com idade entre 16 e 34 anos, com grau de instrução diversificado. Esse público é decisivo em uma eleição, é o público que vota e que tem voz, mesmo não entendendo o seu poder.

5. DEFINIÇÃO DO POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO DA CAMPANHA.

Quando se fala em democracia, devemos lembrar que ela está confluída em três tradições históricas do pensamento político: A teoria clássica, divulgada como teoria aristotélica, das três formas de governo, segundo a qual, a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania, se distingue da monarquia, como Governo de um só, e da aristocracia, como Governo de poucos. A teoria medieval, de origem romana, apoiada na soberania popular, na base da qual há a contraposição de uma concepção ascendente a uma concepção descendente da soberania, conforme o poder supremo deriva do povo e se torna representativo. Já a teoria moderna, conhecida como a teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno na forma das grandes monarquias, segundo a qual as formas históricas de governo são essencialmente duas: a monarquia e a república, e a antiga Democracia, nada mais é que uma forma de república, onde se origina o intercâmbio característico do período pré-revolucionário entre ideais democráticos e ideais republicanos e o Governo genuinamente popular é chamado, em vez de Democracia, de república. No

Brasil, ainda existem muitas falhas na construção da democracia. Os problemas delas são antigos e partem da sua teoria, como afirma Norberto Bobbio (2007, p. 320) “Os problemas da Democracia, das suas características, de sua importância ou desimportância é, como se vê, antigo. Tão antigo quanto à reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas.”

A democracia constitui um governo, e mesmo em constante construção ela é usada para as decisões políticas, que serão tomadas pela maioria que abrange toda a comunidade. Mesmo trazendo consigo em sua motivação inicial um conteúdo nitidamente antidemocrático, porque veio sempre assumindo um significado comportamental e não substancial. O fato é que mesmo em constante construção, e com suas visíveis falhas no Estado de direito democrático do Brasil, nos foi dado o poder de escolha, e essa escolha precisa ser decidida de maneira consciente e bem esclarecida.

Essa campanha visa desenvolver uma conscientização política. Despertando na população a necessidade de conhecer e informar-se sobre o meio político, fazendo valer os seus direitos e deveres estabelecidos pela democracia, na tentativa de dar o primeiro passo para a construção de uma sociedade mais justa e comprometida com o bem comum de todos. Onde não se seja somente um questionador da democracia e de suas irregularidades dentro do âmbito político, mas também fora dele. A corrupção gera uma democracia mal aplicada, já que está relacionada aos próprios interesses e à busca de recompensas. “A corrupção não está ligada apenas ao grau de institucionalização, à amplitude do setor público, e ao ritmo das mudanças sociais; está também relacionada com a cultura das elites e das massas”. (BOBBIO, 2007 p. 292). Um artigo de Atama Moriya traz uma reflexão interessante com o seguinte tema: O que é corrupção? Quem não é corrupto? Abaixo, um trecho do artigo.

⁴Esta visão sobre a corrupção merece uma análise mais profunda antes de a limitarmos a situações de corrupções acontecidas e circunscritas somente aos

⁴Atama Moriya. Artigo: Quem não é corrupto?

Fonte: <http://atamamoriya.wordpress.com/2009/04/13/o-que-e-corrupcao-quem-nao-e-corrupcto>

políticos. Aos senhores políticos. Acontece que os casos divulgados publicamente parecem se restringir apenas a malversações do dinheiro público, e mesmo porque as leis investem apenas nestas situações, porquanto as demais corrupções ainda não são previstas nos aspectos penais. (ATAMA MORIYA)

6. OBJETIVOS DE MARKETING

- Informar a importância que temos na política para o público jovem das classes C e D.
- Fazer com que os assuntos que envolvem as decisões que são tomadas por nossos representantes, sejam de interesse e averiguação do público-alvo.
- Construir uma imagem diferente para a política, defendendo a sua importância e a necessidade de estarmos informados sobre ela e de exercermos um papel honesto na sociedade.
- Posicioná-la como um assunto importante, que precisa ser acompanhada através da informação.

7. OBJETIVOS DE COMUNICAÇÃO

- Causar um impacto através da informação, principalmente nas classes C e D. Usando para isso uma linguagem simples e direta.
- Despertar a necessidade da informação no que se trata de política.
- Informar que não basta sermos somente questionadores dos direitos e da prestação de contas do poder público. Mas que a mudança real começa primeiramente em cada um dos cidadãos brasileiros.
- Informar que os nossos representantes no governo são o reflexo de nossa conduta como cidadãos.

8. DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DA CAMPANHA

A campanha entrará no ar no 1º Trimestre de 2014, a partir do dia 01 de Janeiro (mais detalhes no Plano de Mídia e Cronograma de Ações táticas).

MÍDIA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO
Impressa	Jornal	Jornal	Jornal
	Panfleto	Panfleto	Panfleto
	Anúncio em guia comercial	Anúncio em guia comercial	Anúncio em guia comercial
Redes Sociais	Facebook	Facebook	Facebook
Externa	Outdoor /Front Light	Outdoor /Front Light	Outdoor /Front Light
	Mobiliário Urbano	Mobiliário Urbano	Mobiliário Urbano
	Busdoor	Busdoor	Busdoor
Ações Táticas	Panfletagem em escolas, rodoviária e semáforos com intervenção com faixa	Panfletagem em escolas, rodoviária e semáforos com intervenção com faixa	Panfletagem em escolas, rodoviária e semáforos com intervenção com faixa

9. CONCEITO DA CAMPANHA

Construir um país sem corrupção é responsabilidade de cada um dos brasileiros, a crítica sem ação e sem o interesse em informar-se é inválida. É necessário entender que a corrupção mata, pois ela retira recursos daqueles que realmente precisam, ela fere a dignidade humana quando extrai do cidadão os seus direitos básicos e comprometem o seu futuro e de sua família. É extremamente importante informar o cidadão, e principalmente os jovens de que a nossa conduta como cidadãos, reflete diretamente naqueles que nos

representam no poder público. Construir um país sem corrupção é responsabilidade minha.

10. CONCEITO CRIATIVO DAS PEÇAS DA CAMPANHA

É necessário entender que os atos do cotidiano cometidos por cidadãos comuns refletem diretamente nos atos daqueles que representam a sociedade no poder público. Pois a representação é um espelho dos representados. A informação traz grandes benefícios para a sociedade brasileira, com ela podemos exercer muito mais opinião antes, durante e depois de uma eleição.

11. DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DAS PEÇAS ESCOLHIDAS

A linha de comunicação da campanha trará peças com um texto de impacto, onde haverá comparações entre cidadãos comuns (que comentem atos corruptos) com aqueles que promovem a corrupção dentro do poder público. Sendo assim, dando ênfase ao tema da campanha: BRASIL SEM CORRUPÇÃO, RESPONSABILIDADE DE TODOS. A ideia é demonstrar que os políticos são nosso reflexo. Será que você tem respaldo suficiente para criticá-los? Talvez a mudança que tanto se quer precisa começar em você, é responsabilidade sua. As peças trazem cores fortes, usando a cor preta como predominante, o verde e o amarelo dando ênfase às cores do nosso país e os textos descritos em branco, destacando a informação que precisa ser passada.

12. PLANO DE MÍDIA

O plano de mídia (em anexo) contém as mídias, meios e veículos onde serão veiculadas as principais peças da campanha. Escolhemos os meios de maior acesso das classes C e D. Paradas de ônibus, transporte público e etc. Mídia impressa distribuída e com público-alvo abrangente da campanha.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DÓRIA, Palmério. Honráveis Bandidos. Um retrato do Brasil na era Sarney. 7^o Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2011, p.19.

FOLHA DE SÃO PAULO. Maiores casos de corrupção do país ainda se arrastam na Justiça. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/969547-maiores-casos-de-corrupcao-do-pais-ainda-se-arrastam-na-justica.shtml>>. Acesso em 12 de junho de 2013.

ATAMA MORIYA. Quem não é corrupto? Disponível em: <<http://atamamoriya.wordpress.com/2009/04/13/o-que-e-corrupcao-quem-nao-e-corrupto/>>. Acesso em 12 de junho de 2013.

BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. 13^o Ed. São Paulo: UNB, 2007, p. 292 e 953.

BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. 13^o Ed. São Paulo: UNB, 2007, p. 320.

FERNANDES, ROSENO. Edson, Ricardo. Protesta Brasil. Das Redes Sociais às Manifestações de Rua. Prata, 2013, p. 10 e 13.

MOVIMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO ELEITORAL. O que é, Como foi criado e os Eixos de atuação. Disponível em: <<http://www.mcce.org.br/site/quemsomos.php>>. Acesso em 05 de novembro de 2013.

Pesquisa de pessoas jovens (imagem usada em peças gráficas). Disponível em: <http://www.focusmarketing.it/newsite/wp-content/uploads/2012/09/young-people-survey-940x300-940x300.jpg>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

15. APÊNDICE: CRONOGRAMA DE AÇÕES TÁTICAS

CRONOGRAMA DAS AÇÕES TÁTICAS																																				
JANEIRO																																				
UF	Ação	Descrição	Foco	Local/ Cidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
					qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Plano Piloto											X							X						X	X						X	
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Taguatinga Centro											X							X						X	X						X	
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Ceilândia Centro														X	X					X	X							X	X			
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Samabaia											X							X						X	X						X	
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Ceilândia											X							X						X	X						X	
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Taguatinga													X				X	X		X				X	X		X				X	
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Samabaia																																
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Plano Piloto			X																													
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Taguatinga			X																													
FEVEREIRO																																				
UF	Ação	Descrição	Foco	Local/ Cidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28				
					sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex				
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Plano Piloto								X								X					X	X								X		
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Taguatinga Centro								X							X					X	X									X		
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Ceilândia Centro											X	X							X	X					X	X						
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Samabaia								X							X						X	X								X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Ceilândia								X							X					X	X									X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Taguatinga										X				X	X		X			X	X		X							X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Samabaia																																
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Plano Piloto																																
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Taguatinga																																
MARÇO																																				
UF	Ação	Descrição	Foco	Local/ Cidade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
					sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Plano Piloto								X								X					X	X								X		
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Taguatinga Centro								X							X					X	X									X		
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Ceilândia Centro											X	X							X	X					X	X						
DF	Panfletagem	Intervenção com faixa em semáforo	Campanha e conscientização	Samabaia								X							X					X	X									X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Ceilândia								X							X					X	X									X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Taguatinga										X				X	X		X			X	X		X							X		
DF	Panfletagem	Panfletagem em saída de escola	Campanha e conscientização	Samabaia																																
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Plano Piloto																																
DF	Panfletagem	Panfletagem em rodoviária	Campanha e conscientização	Taguatinga																																

16. APÊNDICE: PEÇAS DA CAMPANHA



BRASIL SEM CORRUPÇÃO
RESPONSABILIDADE DE TODOS

facebook.com/minharesponsabilidade

Já imaginou se a mudança que você tanto deseja para o Brasil pudesse começar em você?

Aquilo que fazemos no dia-a-dia, a maneira como nos comportamos diante das situações mais simples nas nossas relações refletem expressivamente naqueles que nos representam no governo.

Enquanto criticamos, ou quando não nos informamos, estamos perdendo o poder de escolha, a de construir um país melhor, mais responsável e menos corrupto.

O Brasil é o 69º no ranking mundial da corrupção. Você pode ser um agente de mudança dessa realidade. Faça parte dessa campanha. Curta a nossa fan page e assuma a sua responsabilidade.

facebook.com/minharesponsabilidade



Panfleto 15x21 para distribuição em ações. Escolas, pontos de ônibus e etc.



Neste momento, alguns brasileiros não devolvem um troco passado a mais. Enquanto isso, político desvia verba do transporte público para a sua conta bancária.

BRASIL SEM CORRUPÇÃO
RESPONSABILIDADE DE TODOS

Faça parte dessa campanha e assuma a sua responsabilidade.

facebook.com/minharesponsabilidade

Já imaginou se a mudança que você tanto deseja para o Brasil pudesse começar em você?

Aquilo que fazemos no dia-a-dia, a maneira como nos comportamos diante das situações mais simples nas nossas relações refletem expressivamente naqueles que nos representam no governo. Enquanto criticamos, ou quando não nos informamos, estamos perdendo o poder de escolha, a de construir um país melhor, mais responsável e menos corrupto.

O Brasil é o 69º no ranking mundial da corrupção. Você pode ser um agente de mudança dessa realidade. Faça parte dessa campanha. Curta a nossa fan page e assuma a sua responsabilidade.

facebook.com/minharesponsabilidade

BRASIL SEM CORRUPÇÃO
RESPONSABILIDADE DE TODOS



Jornal Coletivo Página dupla tablóide

Já imaginou se a mudança que você tanto deseja para o Brasil pudesse começar em você?

Aquilo que fazemos no dia-a-dia, a maneira como nos comportamos diante das situações mais simples nas nossas relações refletem expressivamente naqueles que nos representam no governo. Enquanto criticamos, ou quando não nos informamos, estamos perdendo o poder de escolha, a de construir um país melhor, mais responsável e menos corrupto.

O Brasil é o 69º no ranking mundial da corrupção. Você pode ser um agente de mudança dessa realidade. Faça parte dessa campanha. Curta a nossa fan page e assuma a sua responsabilidade.



facebook.com/minharesponsabilidade



BRASIL SEM CORRUPÇÃO
RESPONSABILIDADE DE TODOS

Guia Comercial de bairro. Página dupla 21x15cm

▀ Neste momento, alguns brasileiros estão furando fila para se beneficiarem. Enquanto isso, um servidor público recebe propina para liberar informações sigilosas. ▾

BRASIL SEM CORRUPÇÃO

RESPONSABILIDADE DE TODOS



facebook.com/minharesponsabilidade

Outdoor 9x3m

▀ Neste momento, alguns brasileiros andam pelo acostamento e faixas exclusivas para se livrar dos engarrafamentos. Enquanto isso, político usa dinheiro público para viagem particular. ▾

BRASIL SEM CORRUPÇÃO

RESPONSABILIDADE DE TODOS



facebook.com/minharesponsabilidade

Busdoor 2x1,10m

Neste momento, alguns brasileiros estão furando fila para se beneficiarem. Enquanto isso, um servidor público recebe propina para liberar informações sigilosas.

BRASIL SEM CORRUPÇÃO

RESPONSABILIDADE DE TODOS

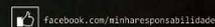


Faixa para ação em semáforos 5x1,20m

Neste momento, alguns brasileiros estão comprando produtos abaixo do preço sem saberem a sua procedência. Enquanto isso, policial recebe propina para liberar acusado de tráfico.

BRASIL SEM CORRUPÇÃO

RESPONSABILIDADE DE TODOS



Front 9x3,60

Neste momento, alguns brasileiros não devolvem um troco passado a mais. Enquanto isso, político desvia verba do transporte público para a sua conta bancária.

**BRASIL
SEM CORRUPÇÃO**

RESPONSABILIDADE DE TODOS

Faça parte dessa campanha e assuma a sua responsabilidade.



facebook.com/minharesponsabilidade

Cemusa pontos de ônibus 1,16x1,71m

Já imaginou se a mudança que você tanto deseja para o Brasil pudesse começar em você?

Aquilo que fazemos no dia-a-dia, a maneira como nos comportamos diante das situações mais simples nas nossas relações refletem expressivamente naqueles que nos representam no governo.

Enquanto criticamos, ou quando não nos informamos, estamos perdendo o poder de escolha, a de construir um país melhor, mais responsável e menos corrupto.

O Brasil é o 69º no ranking mundial da corrupção. Você pode ser um agente de mudança dessa realidade. Faça parte dessa campanha. Curta a nossa fan page e assuma a sua responsabilidade.



facebook.com/minharesponsabilidade



Cartaz A3 para coletivos e escolas.



Adesivo para veículos e notebooks